



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009758-44.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **House Agência de Ideias e Representação Comercial Ltda-me**
 Embargado: **Radio Progresso Sao Carlos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

House Agência de Ideias e Representação Comercial Ltda ME ajuizou embargos de terceiro com pedido de tutela provisória de urgência em face de **Rádio Progresso de São Carlos Ltda** alegando, em síntese, que o valor penhorado por meio do sistema BacenJud no total de R\$ 14.830,96 junto à conta bancária mantida no Banco do Brasil, agência 6509-9, conta corrente nº 450.536-0, tendo como titular Maria Elisabeth Orlandi não pertence à executada na ação de cobrança, mas sim à embargante, fruto de serviços prestados a Antonio Adolpho Lobbe Neto. Afirmou que o filho da executada na ação originária destes embargos, requereu ao credor, o qual presta serviços como divulgação de imagens e publicidade, que fosse realizada as transferências para a conta bancária de sua mãe, Maria Elisabeth Orlandi, junto ao Banco do Brasil, valor este que compromete a empresa e credores da embargante, porque não se trata de um crédito de direito da executada, a qual apenas cedeu sua conta bancária para que fosse recebido determinado crédito. Por isso, disse ter sofrido constrição de um valor que é de sua propriedade e pretende com a presente demanda obter o levantamento da constrição. Juntou documentos.

A embargada foi citada e contestou o pedido. Argumentou que a executada Maria Elisabeth Orlandi ME foi condenada ao pagamento da quantia reclamada, com correção monetária e juros, custas em reembolso e honorários advocatícios à razão de 10% do valor da condenação, que nos autos principais, realizando-se bloqueio por meio do BacenJud, o qual a executada tenta de modo levantar, apresentando sucessivas defesas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Aduziu que o valor bloqueado pertence à executada e não há justificativa plausível para se acreditar que uma empresa tenha que usar conta de terceiro, estranho à sociedade, para receber pelos serviços prestados. Diante do exposto, requereu sejam os embargos julgados improcedentes.

A embargante apresentou réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido é improcedente.

As alegações da embargante são destituídas de fundamento, seja fático ou jurídico.

Não é crível que uma pessoa jurídica regularmente constituída tenha se utilizado da conta corrente de uma pessoa física, estranha à sociedade, para receber pagamento devido pela prestação de serviços por ela desempenhada. Não há lógica alguma nessa conduta e é evidente a impossibilidade de se conceder proteção jurídica à embargante.

O curioso é que apesar de a executada, como diz a inicial, ter cedido sua conta para recebimento de crédito da embargante, nas mesma data do depósito, ela aplicou a quantia recebida em poupança (fl. 21). Esse é um comportamento típico daquele que é titular do valor pecuniário, incompatível com a versão dada pela parte embargante na peça vestibular.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno a embargante ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do Código de Processo Civil, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal, em razão da gratuidade.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 07 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**